

OCUPAÇÕES DE TERRA EM 2010: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Camila Ferracini Origuéla
Pesquisadora do NERA
ferracinicamila@yahoo.com.br

Em 2006, último ano de eleições presidenciais, foram registradas 545 ocupações de terra em todo o Brasil (DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra), sendo 108 ocupações só no Estado de São Paulo. Em contraposição, em 2010, até o mês de agosto, o DATALUTA registrou apenas 20 ocupações nesse mesmo estado, sendo que 9 ocorreram no chamado “carnaval vermelho”, no mês de fevereiro, e 10 no “abril vermelho”. Em anos eleitorais a maior mobilização dos movimentos, através de ocupações, por exemplo, coloca em pauta a questão agrária. Todavia, o que notamos é a diminuição no número de ocupações de terra nos meses que antecedem as eleições.

Em outros estados que a REDE DATALUTA registra as ocupações de terra, podemos notar as mesmas especificidades. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, até o mês de agosto, registramos 12 ocupações. Já em outros estados como o da Paraíba 8, no Paraná 4, Sergipe 4, Rio Grande do Sul 1, Espírito Santo 1 e, por fim, no Estado do Mato Grosso nenhuma ocupação foi registrada. A maioria destas ocupações ocorreu no “abril vermelho”, considerado o mês de reivindicação da reforma agrária pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em memória aos 19 sem-terras assassinados no conflito de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará.

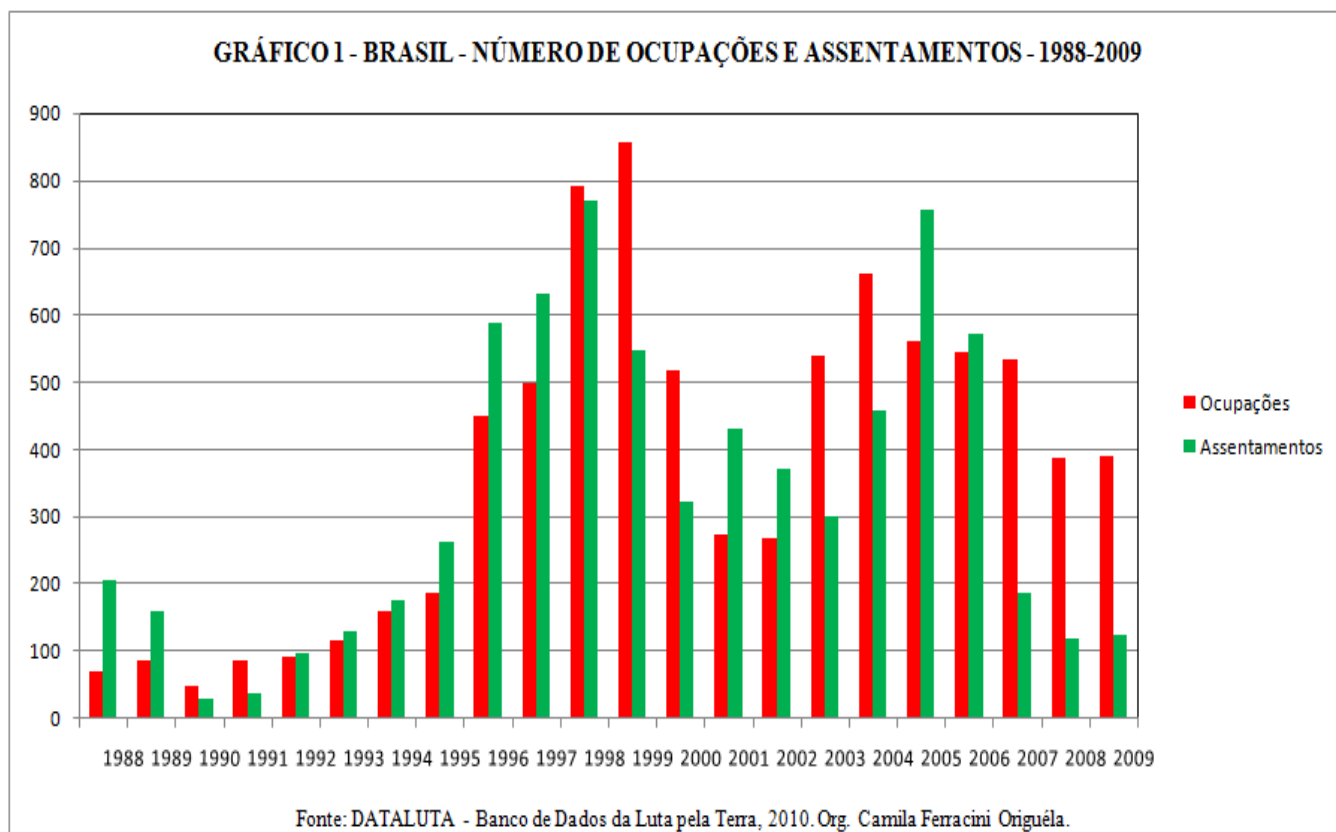
Dentre as 51 ocupações registradas até o momento nestes oito estados, 32 foram realizadas pelo MST, 9 pelo MST da Base, movimento dissidente do MST nacional, que tem como líder José Rainha Júnior, 3 pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, 3 pelo MLST - Movimento de Libertação dos Sem-Terra, 1 pelo ABUST - Associação Brasileira do Uso Social da Terra, formado por famílias dissidentes do MST, 1 por indígenas e as outras duas por movimentos não identificados até o momento.

Dados parciais divulgados pela CPT - Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo em 2010 apontam, também, a diminuição das ocupações. De janeiro a julho foram registradas 131 ocupações em todo o Brasil com a participação de 11.113 famílias. No mesmo período em 2009 foram 200 ocupações com 18.478 famílias. Os acampamentos também diminuíram no País, passaram de 22 com 2.626 famílias, entre janeiro e julho de 2009, a 12 com 1.088 famílias no mesmo período em 2010.

As ocupações de terra tem sido um importante instrumento de luta dos trabalhadores sem-terra. É através das ocupações que os sem-terra espacializam sua luta, questionam a estrutura fundiária do país e territorializam-se com a conquista da terra. O território do campesinato vem se ampliando, principalmente, através da consolidação dos assentamentos oriundos da luta pela terra.

A diminuição das mobilizações e ações camponesas como as ocupações de terra diminuem a pressão popular na tomada de decisões do governo federal e estadual em relação à

implementação de assentamentos rurais. Podemos notar no gráfico 1 a relação existente entre o número de ocupações e o número de assentamentos obtidos nos últimos 21 anos no Brasil, segundo o DATALUTA.



De acordo com o gráfico acima, anos de intensas ocupações de terra coincidem com o aumento do número de assentamentos rurais obtidos. Nos últimos dois anos houve uma significativa diminuição das ocupações de terra em relação aos anos anteriores. Em 2008 registramos 389 ocupações e em 2009, 391. Em 2008 foram obtidos 118 assentamentos e em 2009, 125. Destes, 64 foram obtidos na região Nordeste, 31 na região Norte, 19 no Centro-Oeste, 9 no Sudeste e 2 no Sul. Concomitantemente à diminuição no número de ocupações de terra no Brasil temos a diminuição da implantação de assentamentos rurais.

Sauer (2010), explica a diminuição das lutas e mobilizações por terra como consequência do diálogo existente entre o atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e os movimentos socioterritoriais, principalmente o MST. Todavia, apesar do diálogo existente, o governo Lula não priorizou ações significativas como a democratização da propriedade da terra. A partir desta nova conjuntura os movimentos encontram dificuldades para se adequarem a um “governo amigo”, segundo o mesmo autor. Como manter mobilizações sociais por reforma agrária frente a um governo cujo partido político sempre apoiou essa questão. Eis uma das grandes dificuldades dos movimentos.

Questões referentes à diminuição das ocupações foram levantadas em entrevista com um dos líderes da frente de massa do MST no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de

São Paulo, uma das regiões mais conflituosas do País. Quando perguntei sobre a perspectiva para as ocupações em 2010, Clédson Mendes confirmou:

Não dá para saber. O que influencia, por exemplo, quando você faz um monte de ocupação é porque você tem um monte de famílias acampadas, o contingente do MST acabou diminuindo, e o principal motivo é a monocultura, na nossa região, no caso, é a da cana. E como não houve muita conquista, você pega a década de 90 foi onde o MST mais conquistou assentamento, e também a década que mais fez ocupação de terra. Agora da década de 2000 para cá está diferenciado, e os acampamentos, a falta de conquista é o principal motivo deles. E começamos também a fazer lutas mais centralizadas, então antes qualquer 20, 30 famílias fazíamos ocupação com maior facilidade, hoje não, para você fazer ocupação precisa ter muita gente, porque a gente sabe que ta enfrentando uma unidade de classe dos latifundiários, no caso do agronegócio¹.

Clédson Mendes cita uma questão extremamente importante para a compreensão da atual conjuntura agrária no Brasil, que influencia substancialmente as ocupações de terra, o avanço do agronegócio. Nos últimos anos, no Estado de São Paulo, principalmente, o avanço de práticas agrícolas que combinam a concentração fundiária, a alta produtividade para exportação, grandes investimentos nacionais e internacionais, subsídio estatal, degradação ambiental, utilização de agrotóxicos, caracterizando o Brasil como o segundo consumidor mundial, atrás somente dos Estados Unidos, vem se expandindo por todo território paulista.

A espacialização e territorialização do agronegócio acirra a luta de classes antes travada por sem-terras e latifundiários. Sendo assim, há no campo brasileiro uma disputa territorial entre latifúndios, agronegócio, sem-terras acampados e até mesmo assentados. Uma disputa pela consolidação de suas práticas no território.

Quando questionado sobre o governo Lula e sua política de assentamentos rurais, Clédson Mendes afirmou:

Sem dúvida alguma, o governo Lula não cumpriu com o que prometeu. Em 2009 assentou apenas 16 mil famílias, é um absurdo, que era para assentar 90 mil. E sem dúvida alguma das 16 mil famílias metade são lotes que vem vagando, principalmente no Norte do País, regularização de lote, sai uma família e entra outra, essa outra é contabilizada e não quer dizer necessariamente que é família acampada. No Pontal, o último assentamento do MST foi em 2006, 2007, o Margarida, com 91 famílias. O INCRA considera a regularização, nós não consideramos. Muitos assentamentos não privilegiam os acampados².

A regularização de terras, enquanto política de obtenção de assentamentos rurais, presente, principalmente, na região Norte não privilegia famílias acampadas. O que indica que a obtenção de assentamentos não diminui necessariamente o número de pessoas em

¹ Entrevista realizada com Clédson Mendes, líder da frente de massa do MST no Pontal do Paranapanema - SP, no dia 23 de junho de 2010.

² Entrevista realizada com Clédson Mendes, líder da frente de massa do MST no Pontal do Paranapanema - SP, no dia 23 de junho de 2010.

acampamentos. Muitas destas famílias, devido à demora na obtenção e implantação dos assentamentos desistem dos acampamentos e migram. Segundo Clédson Mendes, durante o governo Lula algumas famílias desistiram da luta pela terra. Em entrevista afirmou:

Eles tinham uma expectativa que no governo Lula garantiu que ia assentar todas as famílias acampadas. Muitas famílias aguardaram até 2004, 2005, aí viu que não se concretizou o assentamento e desanimaram, foram embora para a cidade, outros foram assentados, mudaram de região, como aqui no Pontal também tem uma especificidade que é terra devoluta, se tornou mais difícil conquistar terra pelo ITESP, pelo governo do Estado, então as famílias foram para outra região que o INCRA assentou mais famílias, foi gente para Andradina, outros foram para Iaras, foram em busca de conquistar um pedacinho de terra. E outras permanecem na luta³

Segundo o MST, atualmente, no Brasil há 96 mil famílias acampadas, no Estado de São Paulo são cerca de 3 mil e no Pontal do Paranapanema 400 famílias, isso sem contabilizar os acampados de outros movimentos socioterritoriais. Muitas destas famílias desistiram do acampamento no Pontal do Paranapanema devido à falta de conquistas nos últimos anos. Algumas migraram para as cidades, outras foram para acampamentos em outras regiões com a esperança de conseguirem um lote o quanto antes.

A questão agrária é, constantemente, alvo de novos temas e debates. A não realização da reforma agrária, as políticas de obtenção de assentamentos rurais, as ocupações de terra, o avanço do agronegócio, o não acesso a crédito e o endividamento de alguns camponeses assentados, são alguns dos principais assuntos juntamente com as eleições. Em notícias e debates políticos, a questão das ocupações de terra tem destaque. Contra ou a favor? O que os presidentes, principalmente, tem a dizer sobre a principal forma de acesso a terra no Brasil? Alguns candidatos defendem, outros criticam com o intuito de combater as “invasões”, qualificando as ocupações como ilegais, ilegítimas, violentas, um crime para o direito a propriedade da terra.

Todavia as ocupações são extremamente importantes no processo de democratização do acesso a terra. Ocupações não são apenas números, conflitos, mais sim, lutas qualificadas por terra e dignidade, fruto da esperança e, principalmente, da consciência enquanto sujeito político dos sem-terra.

A dimensão política, assim como outras dimensões, econômica, social, influencia e orienta a questão agrária que, conseqüentemente, contribui com o aumento ou a diminuição das lutas e conquistas. O maior exemplo desta afirmação é a diminuição das ocupações nos anos de 2008 e 2009, fato que vem ocorrendo até o mês de agosto de 2010. Tanto os dados de ocupações registrados pelo DATALUTA quanto a CPT confirmam as expectativas.

REFERÊNCIAS

³ Entrevista realizada com Clédson Mendes, líder da frente de massa do MST no Pontal do Paranapanema - SP, no dia 23 de junho de 2010.

FERNANDES, B. M. . *A ocupação como forma de acesso à terra*. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington – DC, 6ª 8 de setembro de 2001.

FERNADES, B. M. . *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ORIGUELA, C. F. . *Formação da REDE DATALUTA: Um estudo das mudanças das ocupações de terras no contexto da questão agrária atual*. Relatório Parcial FAPESP, 2010.

SAUER, S. . *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Conflitos por terra (janeiro a julho de 2010). Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/33/165>>. Acessado em 21 de setembro de 2010.